

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Corre no país uma onda de indignação contra a multiplicação de escândalos de corrupção, envolvendo alegadamente empresários, altos quadros da banca e de empresas públicas e ex-governantes. O caso Face Oculta, depois dos escândalos do BCP, BPP, BPN e do que mais se verá, revela esse clima de podridão.

E a essa indignação vai-se somando a legítima inquietação com a dolorosa lentidão e ineficácia da Justiça, sabendo-se que, depois das fugas sempre calculadas e calculistas ao segredo de justiça e passado o vendaval mediático, quem tem dinheiro tem sempre escapado à resposta pelos seus actos ilícitos. Em Portugal, há 700 casos de corrupção a serem investigados, mas o único empresário condenado por corrupção comprovada foi chamado a pagar uma multa de 5 mil euros. Do caso Freeport, dos submarinos, dos escândalos bancários, nada vai a juízo conclusivo.

Entretanto, a evidência da corrupção chega cada vez mais alto. Temos agora um generoso financiador do CDS que negociaria favores com dirigentes de empresas públicas, num polvo de interesses que envolveria, se a notícia é certa, um ex-ministro socialista e actual banqueiro.

Pensamos nós, nesta bancada, que há, neste clamor republicano contra a corrupção, tudo de genuíno e indispensável para a defesa da democracia.

E há tudo de hipócrita, de facto, na criação de uma atitude paralizante do combate contra a corrupção e os corruptos. A linha divisória entre

quem pretende responder à emergência ou continuar a fechar os olhos é a delimitação das causas da corrupção e a escolha dos remédios com que se pretende combatê-los.

A corrupção é filha do clientelismo, do nepotismo, do caciquismo e de todas as formas de degenerescência antidemocrática do poder que se perpetua sem alternância real – ainda que, por vezes, com substituição das clientelas -, criando promiscuidades ou cumplicidades ilegítimas com os interesses, furtando-se a uma eficaz vigilância cidadã com os alçapões que cria ou mantém nas leis e revestindo essa podridão essencial com uma fachada solene de respeitabilidade.

Dito de forma talvez mais precisa: a corrupção é um dos cancos mais perigosos e persistentes dos sistemas políticos, como o nosso, onde a representação democrática dos cidadãos foi dando lugar a processos de monopolização do poder que se torna, quase invariavelmente, inescrutinável.

Por isso mesmo a luta contra a corrupção é o combate pela democracia e transparência da vida política a todos os níveis. E é agora a hora de responder a essa crise.

Tomamos nota de que o PS e o seu Governo entendem que nada deve ser mudado na lei. A Mário Soares, que propõe o regresso do pacote Cravinho e da criminalização do enriquecimento ilícito, o PS responde com a recusa quase brutal. Ao Bloco de Esquerda e a outros partidos que o têm proposto, a mesma atitude de oposição.

O Bloco de Esquerda, nestes termos, anuncia formalmente que trará a voto deste parlamento **o crime de enriquecimento ilícito**, sem modificar as formas garantísticas do processo de investigação e de julgamento. Proporemos ainda **o fim da distinção entre corrupção**

para acto lícito e ilícito, que é o que tem protegido a corrupção no modelo Bragaparkes, e **o fim do benefício fiscal** de 40% para o enriquecimento injustificado e que se recusa a justificar-se.

Mas, se são urgentes medidas punitivas exemplares, e meios para a investigação complexa que suporte a justiça, é preciso também tomar medidas preventivas para uma cultura de transparência.

Onde há corrupção há circulação de dinheiro. É preciso seguir o rasto ao dinheiro e para isso **mudar as regras de segredo bancário** aproximando o nosso país do modelo de Espanha. A cobardia da resposta do governo actual ao levantamento do segredo bancário não tem paralelo na Europa, e é nesta legislatura que devemos aprovar uma lei sensata e efectiva.

É também urgente **alterar e adaptar os prazos de segredo de justiça**, em muitos casos incompatíveis com as investigações necessárias à criminalidade económica e financeira.

Quero ainda anunciar-vos, senhoras e senhores deputados, que o Bloco de Esquerda, confrontado com o silêncio da REN e com o adiamento da sua reunião do conselho de administração que hoje devia ter esclarecido a sua posição, **solicitará a vinda do Ministro da Economia para explicar** como é que o governo actua perante a vulnerabilidade ou risco de envolvimento de empresas sob a sua tutela neste processo.

Deixo-vos por isso um desafio e um anúncio: para o Bloco de Esquerda, é agora que se devem tomar todas as medidas que permitam que haja Justiça, que tem falhado, no combate à corrupção; que haja determinação, que tem escasseado, na transparência, e que haja responsabilidade, que tem fugido. Agora e não depois. Agora, porque já é tarde.